

# A BALANÇA COMERCIAL, A GRANDE DEPRESSÃO E A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

CARLOS MANOEL PELÁEZ \*

Explicam-se as origens da industrialização latino-americana em termos dos efeitos resultantes das duas grandes guerras e *Grande Depressão* sobre a estrutura da atividade econômica nacional. De acordo com a interpretação tradicional, a chamada "teoria dos choques adversos"<sup>1</sup> o resultado da queda das importações, ocorrida durante as hostilidades e a recessão, foi o de aumentar os preços relativos dos bens industriais nacionais, que competiam com os importados. Conseqüentemente, a rentabilidade da indústria nacional, em relação à do setor agrícola e das exportações, aumentou. Tal aumento provocou uma transferência dos recursos reais, que deixaram a agricultura para irem ter ao setor industrial. O resultado líquido foi a formação de um setor industrial nacional.

---

\* ) Os recursos para as pesquisas necessárias à elaboração desse ensaio foram fornecidos pelo Programa de Pós-graduação em História Econômica da Universidade de Wisconsin e pelo Foreign Area Fellowship Program. Nenhuma dessas Instituições é responsável pelos pontos de vista expostos pelo autor. Cabe-me significar aqui minha enorme gratidão aos Professores Rondo Cameron e Werner Baer por seus incentivos e crítica construtiva. Cabe-me toda a responsabilidade por qualquer senão desse trabalho.

1) Alexandre Kafka "Interpretação Teórica do Desenvolvimento Latino-Americano, in *Desenvolvimento Econômico para a América Latina*, de H. S. Ellis, ed. (Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1964) Capítulo I.

A teoria quando aplicada ao Brasil, põe em relêvo a *Grande Depressão*, tendo-a por ser o período mais importante da história da formação econômica brasileira. Concomitantemente, explica a industrialização brasileira à luz da política governamental e seus efeitos sôbre a redistribuição das rendas.<sup>2</sup> O presente ensaio propõe-se a demonstrar que essa interpretação desdiz com a observação dos fatos. Fôra ocioso corrigir uma argumentação, que repousa numa visão sèriamente distorcida dos fatos. Cumpre tazê-lo, porém, dada a grande acolhida que recebeu.<sup>3</sup> A consequência de ter o referido raciocínio merecido tão grande nomeada foi a de os interessados no assunto passarem a dar ênfase indevida a certos aspectos dogmáticos de somenos importância, o que inibe uma clara inteligência das facêtas mais relevantes da fase inicial da industrialização brasileira.

Faremos, na primeira parte dêsse ensaio, uma breve reexposição da tese de Celso Furtado. Ela consiste de dois argumentos. O primeiro, que é o da *recuperação*, explica o mecanismo através do qual a *Grande Depressão* influencia a economia brasileira; defende a tese de que foi a política governamental, frente ao setor cafeeiro, a responsável pela rápida recuperação econômica. O segundo argumento é o da *transferência*. Segundo êsse, é a mesma política governamental, aludida acima, que formou o mercado interno para a indústria nacional. O argumento é analisado na segunda parte dêsse ensaio, onde se dá uma explicação mais plausível para o fenômeno, sendo refutado na parte III.

## I — AS INTERPRETAÇÕES TEÓRICAS

### O ARGUMENTO DA RECUPERAÇÃO

Segundo êsse argumento, a *Grande Depressão* esprou-se para o Brasil através de um declínio dos lucros do setor das exportações. Essa queda, por seu turno, terá um efeito multiplicador negativo sôbre a renda nacional. A acumulação de grandes estoques de café, que resultou da política de preços mínimos, pelos quais os governos estaduais adquiriam os excedentes, par a par com a queda das despesas de consumo dos países

- 
- 2) Celso Furtado, *The Economic Growth of Brazil*, Edição da Universidade da Califórnia, Berkeley and Los Angeles, 1963, Capítulo 31 e 32; Furtado, "The Development of Brazil" in *Scientific American* ed. *Technology and Economic Development* (Alfred A. Knopf, Nova York, 1964).
  - 3) Werner Baer "*Industrialization and Economic Development in Brazil*" (Irving Homewood — 1965) Cap. 2. Baer e Isaac Kerstenetzky — *Patterns of Brazilian Economic Growth* (Cornell University — Mimeografado — 1960). Embaixada Brasileira — *Survey of the Brazilian Economy* — 1960, Washington D.C. 1960). O livro de Furtado foi traduzido em várias línguas (espanhol, inglês e alemão). É usado nos cursos de pré-graduação e graduação em ciências sociais, tanto na América Latina como nos EE.UU. Tem vasta distribuição em brochuras de vários idiomas).

industriais, que implica a contração da demanda das exportações brasileiras, acarretou uma crise profunda no setor do café, responsável, na época, por 70% das exportações do país. A tabela I revela essa queda a partir de 1929. Segundo o *argumento da recuperação* tal declínio, não obstante um aumento da quantidade exportada, provocou uma grande redução dos lucros dos exportadores. A explicação da queda da atividade econômica brasileira segue, pois, um modelo Keynesiano simples de transmissão de crises no âmbito internacional.

TABELA I

BRASIL — EXPORTAÇÃO E PREÇOS DO CAFÉ — EM NÚMEROS ÍNDICES  
(1939 = 100)

ANO	EXPORTAÇÕES	PREÇO INTERNO DO CAFÉ	PREÇO INTERNACIONAL DO CAFÉ
1928	144	151	309
1929	136	142	294
1930	141	88	173
1931	112	97	157
1932	133	113	141
1933	153	98	121
1934	143	110	149
1935	98	116	118
1936	136	104	126
1937	126	131	147
1938	121	99	102
1939	100	100	100
1940	87	97	94

FONTE: — Estimativas não publicadas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas — Banco do Brasil — Relatório de 1940 — Veja-se Werner Baer e Isaac Kerstenetzky *Patterns of Brazilian Economic Growth*. Cornell University. Mimeografado — 1966 — Tabela 1, a, pág. 4.

Tendo que enfrentar o acúmulo de estoques, o Governo Brasileiro, com receio do eventual impacto, que teriam sobre os preços do produto, optou por incinerá-los. Impossibilitado de levantar empréstimos no exterior, dada a recessão existente nos mercados financeiros inter-

nacionais, o governo financia a incineração através de uma "expansão do crédito".<sup>4</sup> Essa política acarreta um grande deficit orçamentário<sup>5</sup> que, por sua vez, repõe a economia nacional no nível de pleno emprego através do efeito multiplicador. Para citar as palavras de Furtado:<sup>6</sup>

"Na realidade o Brasil estava construindo a famosa pirâmide que iria ser mais tarde imaginada por Keynes... assim é que a política de proteção do café não passou, na realidade, de um autêntico programa de expansão da renda nacional. O Brasil adotava na prática uma política anticíclica de envergadura muito mais ampla que a da que, nos países industrializados, não chegava sequer a ser sugerida... segue-se, claramente, que a recuperação da economia brasileira ocorrida de 1933 em diante, não teve por causa *nenhum fator externo*; provocou-a a política de escorva de bomba (pump priming politic) adotada inconscientemente pelo Brasil como subproduto da proteção do café":

## O ARGUMENTO DA TRANSFERÊNCIA

A segunda parte da interpretação teórica dos efeitos da *Grande Depressão* sobre a industrialização brasileira repousa na premissa, de que a política de manutenção dos preços do café aumentou a demanda agregada em todos os setores. Como a restrição das importações, adotada a partir da *Grande Depressão*, (restrição essa que se explica pela deterioração da posição brasileira no comércio exterior, provocada pela queda dos lucros das exportações) atuou no sentido de manter os preços dos artigos industriais num nível de preços relativamente alto,<sup>7</sup> a lucratividade dos investimentos no setor urbano aumentou em relação aos agrícolas. A consequência dessa maior rentabilidade relativa dos investimentos industriais foi a transferência dos recursos reais do setor agrícola para o urbano. A tese então é a de que a manutenção da demanda agregada cria o mercado para a indústria nacional, ao mesmo tempo que a transferência de recursos lhe fornece o capital. Segundo Furtado:<sup>8</sup>

"Percebe-se facilmente a importância cada vez maior da demanda interna, como fenômeno de relevância nessa fase de recessão. Como era cada vez mais firme que a externa, o setor, que produzia para o mercado nacional, passou a ser mais atraente que o das exportações. Surge, então, no Brasil uma situação que quase não tem precedentes. A preponderância do setor ligado ao mercado nacional no processo de formação do capital".

4) Furtado "The Economic"... pág. 213.

5) Furtado "The Development of Brazil" — págs. 160-1.

6) Furtado "The Economic"... págs. 211-12: Itálicos do autor deste artigo.

7) A amortização da dívida externa, discutida adiante na Seção II representou papel importante nessa crise cambial.

8) Furtado, "The Economic"... pág. 126.

Admite-se, ainda, que a lei do *Reajustamento Econômico* — ou seja a redução da dívida do setor agrícola, mediante a emissão de títulos governamentais, combinada com uma moratória dos empréstimos contraídos pelos fazendeiros, contribuiu para sustentar a renda do setor exportador, financiando, assim, a transferência.<sup>9</sup> Em primeiro lugar havia uma grande capacidade ociosa nas indústrias tradicionais: destarte.<sup>10</sup>

“O fator mais importante da primeira fase da expansão da produção foi, não há duvidar, a utilização mais intensiva da capacidade já instalada no Brasil. Por exemplo: o produto da indústria têxtil subiu substancialmente, nos anos de após crise, sem que houvesse nenhum aumento da capacidade instalada. Essa utilização mais intensiva ensejou a obtenção de uma taxa de lucro por unidade de capital mais alta, o que cria, dentro da própria empresa, os recursos necessários para a subsequente expansão”.

Esta será provocada pela aquisição de equipamentos de segunda mão nos mercados dos países industriais em recessão.

Em segundo lugar há um fenômeno correlato: A ativação das indústrias de ferro, aço e cimento, as únicas indústrias de base existentes no Brasil, nessa época. Essa prosperidade das indústrias de base:<sup>11</sup>

“Reflete a expansão da produção orientada para o mercado interno ... e o aumento substancial dos preços de importação dos bens concorrentes, provocado pela depreciação da moeda, cria as condições que favorecem a instalação de indústrias de bens de produção no Brasil. Por motivos óbvios tais industriais, quando tentam instalar-se em países de economia dependente enfrentam sérios obstáculos. A demanda dos bens de produção, em tais economias, coincide com a expansão das exportações, principal fator que determina o crescimento da renda e, conseqüentemente, com uma boa situação cambial... as condições existentes no Brasil durante a década dos trinta romperam com esse círculo vicioso, precisamente no estágio em que as possibilidades de importação eram quase nulas”.

Há, porém, uma variante do *argumento da transferência* que, aparentemente, nega tenha ocorrido a transferência para o setor do ferro, aço e cimento.<sup>12</sup>

9) Furtado nunca mencionou o Reajustamento. Fê-lo, porém, Baer in *Industrialization...* pág. 22. O reajustamento foi decretado em 1933. Sua execução foi diferida até meados de 1934. Discute-se-o, na parte III deste artigo.

10) Furtado, “The Economic”... pág. 218.

11) *Ibid.*, pág. 218.

12) Baer, “Industrialization”... pág. 23, fornece provas da expansão das indústrias de base. Não obstante, Baer e Kerstenetzky, *Patterns...* pág. 6 afirmam que a expansão cingiu-se, em grande parte, às indústrias leves especialmente tecidos, alimentos e papel. Dizem ainda: “Advirta-se que esse aumento nos investimentos e produção (que se segue à Grande Depressão) ocorreu, principalmente, nas indústrias têxteis e alimentícias. O aumento ocorrido nas mais básicas e pesadas foi relativamente pequeno”. *Ibid.* pág. 3.

O argumento resume-se da seguinte maneira: a queda dos lucros das exportações decorrentes do impacto da contração das despesas de consumo no exterior e a acumulação de estoques de café fêz cair a renda nacional. A adoção, ainda que inconsciente, de uma política fiscal compensatória, destinada a sustentar o preço do café, impediu o colapso da economia nacional. A manutenção do nível da renda, quando a lucratividade relativa dos investimentos industriais aumentou, fêz com que os recursos reais do setor da exportação se transferissem para o industrial. Tanto a formação de um mercado interno, como a criação de capital, que estão nas origens da industrialização nacional, explicam-se pela política adotada pelo governo em 1930 em relação ao café.

## II — A BALANÇA COMERCIAL E A GRANDE DEPRESSÃO

### A POLÍTICA CAFEIEIRA

São Paulo é o responsável pela defesa do preço do café no início da *Grande Depressão*. Esse Estado, depois da queda brusca dos preços do café, que se inicia em fins de 1929, evolue para a idéia de que cumpria sustentar-lhe o preço através de uma política de grande envergadura tal como fizera no princípio do século. Levanta, então, um empréstimo de vinte milhões de libras com as casas de Schroeder, Baring Brothers, Rothschild e Speyer; os fundos obtidos serão destinados a sustentar o preço do café. A dívida que vence juros de 7% deveria ser paga em 10 anos. O valor do empréstimo em moeda nacional, convertida as libras à taxa de câmbio em vigor, era de 720 milhões de mil réis.<sup>13</sup> A quantia seria assim distribuída: 180 milhões para a aquisição de excedentes e 540 para adiantamentos a ser feitos aos cafeicultores sobre a produção estimada de 13.500.000 sacas. A fim de amortizar a dívida, o Estado de São Paulo venderia 137.500 sacas por mês retiradas de seus estoques. Os recursos para o pagamento dos juros seriam providenciados, lançando-se um imposto de três schillings sobre o café no porto de Santos.<sup>14</sup> O fracasso foi completo. O Estado de São Paulo desembolsou 300 milhões de mil réis na aquisição de três milhões de sacas quando, segundo os planos não deveria gastar senão 150. Os 420 milhões que lhe restaram não bastaram para cobrir os adiantamentos. Como é típico da fase de recessão, parte do empréstimo foi utilizada para pagar principal e juros.

Em outubro de 1930 um movimento revolucionário derruba o governo federal. Surge então uma nova fase na solução do problema do café. Duas medidas de caráter experimental são tomadas pelo novo governo. A primeira delas foi a de obter uma linha de crédito com a com-

13) A unidade monetária da época era o mil réis.

14) Esse empréstimo denominado geralmente de Empréstimo da Realização do Café acha-se descrito à página 19 do livro de Leon Regray — *O Café do Brasil em 1934*.

panhia Hard, Rand & Co. Destinava-se à compra de café. A segunda foi um acôrdo para troca de trigo por café assinado com os Estados Unidos. O contrato com a Hard, Hand não passava de uma manobra para obter um crédito a curto prazo destinado a garantir a venda periódica do café estocado pelo Estado de São Paulo. Segundo o contrato assinado em 1930, o govêrno do Estado de São Paulo venderia 112.500 sacas de café por mês,<sup>15</sup> lançando mão do produto dessas vendas para amortizar o empréstimo. Como o Estado não dispunha de facilidades para vender a mercadoria contratou os serviços de várias emprêsas santistas para tal. O plano do ministro da Fazenda era o de conceder a uma das casas exportadoras, a Hard, Rand & Co. um monopólio das vendas em troca de um adiantamento sôbre o café a ser vendido. Tal adiantamento seria utilizado para implementar-se o plano de aquisição de café estipulado no empréstimo de 1930.<sup>16</sup>

A outra medida foi a troca de 1.275.000 sacas de café por 25.000.000 de bushels de trigo contratada com a Grain Stabilization Corporation de Chicago e a Bush Terminal Company de Nova York.<sup>17</sup> O escambo de café por trigo, mediante a venda subsequente do cereal, daria ao govêrno 189 milhões de mil réis.<sup>18</sup> O contrato estipulava que a venda do café nos Estados Unidos seria gradativa a fim de não provocar uma queda ainda maior do seu preço. O produto da venda do trigo destinou-se à aquisição dos excedentes do café.<sup>19</sup>

A 29 de dezembro, reunia-se com o Presidente Vargas uma comissão de altos funcionários a fim de que se encontrasse uma solução para a crise cada vez mais grave. A proposta de que o govêrno comprasse os estoques acumulados a fim de evitar que as safras futuras viessem a ficar gravadas

- 15) Na realidade, 137.500 sacas, visto como o Estado deveria vender mais 25.000 retiradas de seus estoques. *Ibid.* pág. 19.
- 16) A descrição do acôrdo assinado com a Hard Hand & Co. encontra-se no "Programa Financeiro do Ministro da Fazenda de Getúlio Vargas" obra do primeiro ministro a ocupar a pasta no govêrno de Vargas, J. M. Whitaker, reimpresso numa útil coleção de matérias básicas sôbre o programa de sustentação do café, editada pelo Departamento Nacional do Café — Coleção de Documentos Oficiais. (Rio de Janeiro, 1935) páginas 161-2. O acôrdo foi ratificado pelo Decreto n.º 20.324, de 26 de agôsto de 1931, à disposição do publico numa coletânea da legislação sôbre o setor cafeeiro: Departamento Nacional do Café; *Legislação Federal Cafeeira 1920-40* (Rio, 1940), pág. 50.
- 17) Decreto n.º 20.325, de 26 de agôsto de 1931, publicado oportunamente pelo Departamento Nacional do Café, *Legislação ...* pág. 51.
- 18) Veja-se Whitaker, *op. cit.*, pág. 168, para uma análise dos custos do café e trigo e dos possíveis lucros da operação. O Ministro Whitaker idealizou e assinou os contratos tanto com a Hard, Rand como o do escâmbio. Outra fonte é Affonso d'E. Taunay: "Pequena História do Café no Brasil": 1717-1927 (Departamento Nacional do Café. Rio de Janeiro, 1945), pág. 150.
- 19) Veja-se Whitaker — *op. cit.* págs. 170-1. Encontra-se, aí, uma síntese das vantagens e desvantagens da operação.

com um ônus pesado foi aprovada pelos participantes da reunião.<sup>20</sup> Essa política não logrou reconhecimento legal a não ser a 11 de fevereiro de 1931.<sup>21</sup> Nesse dia decreta o governo federal a compra dos estoques acumulados pelo Ministério da Fazenda a fim de retirar temporariamente do mercado a produção excedente. Lança-se, ao mesmo tempo, um imposto em espécie de 20% sobre as exportações de café. Os representantes dos cafeicultores, em abril de 1931, propõem que esse imposto seja substituído por um tributo pago em moeda estrangeira no valor de 10 shillings por saca exportada.<sup>22</sup> A quantia arrecadada destinar-se-ia à compra dos excedentes. Propôs-se, outrossim, na reunião, criasse o governo um Conselho formado por representantes dos Estados produtores<sup>23</sup> para executar a política cafeeira. Aceitando a sugestão, cria o Governo o Conselho Nacional do Café em 16 de maio de 1931. Compõe-se o nóvel organismo de um delegado dos Estados produtores mais importantes e de um outro eleito conjuntamente pelos demais Estados produtores. Suas funções mais importantes são duas, a saber: arrecadar o imposto de exportação e comprar os excedentes.<sup>24</sup>

Em 16 de novembro de 1931 Oswaldo Aranha substitue J. M. Whitaker no Ministério da Fazenda. Por ocasião da transmissão da pasta resume Whitaker como se verificou o financiamento da compra de café na sua gestão. Fê-lo nos seguintes termos:<sup>25</sup> Até novembro de 1931 o financiamento da compra do café proveio das seguintes fontes: o empréstimo de 150 milhões de mil réis concedido pelo Banco do Brasil, o produto das vendas do trigo trocado pelo café e os fundos obtidos pelo acôrdo assinado com a Hard, Rand. Durante a gestão de Whitaker o governo brasileiro comprou cerca de seis milhões de sacas, desembolsando 340.473 contos de réis.

Em 7 de dezembro de 1931 altera-se consideravelmente a política de sustentação do café: o imposto de exportação passa de 10 a 15 shillings

20) Encontra-se em Whitaker, op. cit. a descrição de como se idealizou essa política, às páginas 158. O Ministro compareceu à reunião.

21) Decreto n.º 19.688, de 11 de fevereiro de 1931, publicado na legislação ... pelo D.N.C. pág. 24; Taunay op. cit. 432.

22) Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

23) Régray op. cit. pág. 5. Veja-se em Whitaker, op. cit., pág. 160 a descrição da atitude dos produtores, face aos méritos do imposto em espécie relativamente ao *ad valorem*.

24) Departamento Nacional do Café, Legislação. Pág. 69 e seguintes.

25) Whitaker "discurso" in coletânea ... pág. 176 editada pelo D.N.C. Taunay op. cit. pág. 437. Whitaker não cousou de repetir que, em sua gestão, o programa de sustentação do café não provocou novas emissões. Veja-se Ministro da Fazenda (J. M. Whitaker) A Administração Financeira do Governo Provisório de 4 de novembro de 1930 a 16 de novembro de 1931 (Revista dos Tribunais, São Paulo, 1933) pág. 22.

adicionais que se destinam a amortizar o empréstimo de 1930.<sup>26</sup> A segunda medida, que é a mais importante, consubstancia-se num nôvo decreto que dispõe que sejam destruídos 12 milhões de sacas à razão de um milhão por mês. A destruição inicia-se a 7 de dezembro do mesmo ano.<sup>27</sup> A eliminação física de um milhão de sacas mensais encontra sérias dificuldades. Tentam-se várias maneiras. Tôdas revelam-se extremamente morosas. A princípio foi impossível destruir a quantidade planejada.<sup>28</sup>

A tabela II especifica a receita e despesa do Conselho Nacional do Café até 16 de fevereiro de 1933. Divide-se em duas subcontas que correspondem aos dois tipos de impostos lançados sôbre o café: o de 5 shillings para a amortização do empréstimo de 1930, levantado pelo Estado de São Paulo e administrado pelo CNC e o de 10 destinado a financiar a compra dos excedentes conforme estipulado no decreto de 11 de fevereiro de 1931. Além dêsses dois ainda se lançou mais um impôsto de 3 shillings por saca exportada. A finalidade dêsse último era a de fornecer fundos para o pagamento dos juros do empréstimo de 1930. O total das despesas montava a 1.543 milhões de mil réis. O grosso dêsse total era formado pelas despesas com a compra de café e amortização do empréstimo de 1930. Segundo se vê da coluna das receitas, a maior parte das despesas foi financiada pelos impostos de exportação, no total de 1.043 milhões de mil réis. Cobriu o restante o crédito a curto prazo concedido pelo Banco do Brasil e Tesouro Nacional sob a garantia da arrecadação do impôsto de exportação. As relações entre o Banco do Brasil e o Conselho Nacional do Café passaram a ser regidas por um contrato assinado em 30 de dezembro de 1931. O Ministro da Fazenda ordenava ao Banco que fornecesse, ao Conselho, os fundos provenientes da conta utilizada para o pagamento dos juros da dívida externa do Brasil.<sup>29</sup> O contrato rezava que se amortizasse a dívida até outubro de 1934. O CNC por sua vez emitia notas promissórias em favor do Banco do Brasil e do Tesouro.

O CNC foi dissolvido em 10 de fevereiro de 1933. Substituiu-o o Departamento Nacional do Café.<sup>30</sup> Criou-se-o como repartição do Mi-

26) Decreto n.º 20.760, de 7 de dezembro de 1931, reimpresso in *Legislação...* do D.N.C. pág. 57. Regray op. cit. pág. 6. Taunay op. cit. pág. 440. Abelardo Vergueiro Cezar, *Carteira de Redescontos* (Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1936) pág. 24.

27) Comenta Furtado a respeito: "à primeira vista parece absurdo destinar as safras à destruição. Não obstante encontramos situações análogas diariamente numa economia de mercado..." *The Economic Growth...* pág. 207. A manutenção de um preço mínimo para o café, longe de pautar-se pelas regras de um mercado ideal — provocou excedentes crescentes, acarretando uma distorção na distribuição dos recursos na economia brasileira. Foi essa distorção das forças do mercado, imposta pelos interesses constituídos, que criou os excedentes e não qualquer fraqueza da economia de mercado.

28) Regray — op. cit. páginas 32-3.

29) Banco do Brasil, Relatório 1932 (Rio de Janeiro — abril — 1933).

30) Regray — op. cit., pág. 8. Taunay op. cit., pág. 443.

TABELA II

## BRASIL

## RECEITAS E DESPESAS DO CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ

Em 16 de fevereiro de 1933

Em milhões de mil réis

DESPESA		RECEITA	
A — Conta dos 5 shillings		A — Conta dos 5 shillings	
1) Seguro e Armazena- gem .....	10	1) Arrecadação do Impôs- to .....	212
2) Amortização do Em- préstimo de 1930 ....	230	2) Venda do café do Es- tado de S. Paulo .....	39
3) Pagamentos Diferidos do empréstimo de 1930	75	3) Outros créditos dos fa- zendeiros .....	27
4) Outras Despesas .....	47	Subtotal .....	278
Subtotal .....	362		
B — Conta dos 10 shillings		B — Conta dos 10 shillings	
1) Compra de Café .....	963	1) Arrecadação do impôsto de 3 a 10 shillings ..	762
2) Armazenagem e des- truição .....	28	subtotal .....	762
3) Frete .....	63	C) A+B .....	1.040
4) Despesas Gerais e de Propaganda .....	24	D) Crédito concedido p[or] Banco do Brasil .....	250
5) Juros e Comissões Ban- cárias .....	75	E) Crédito concedido p[or] Tes. Nacional .....	250
6) Outros .....	28	Subtotal .....	590
Subtotal .....	1.181	Total .....	1.530 (*)
Total .....	1.543		

(\*) Diferença entre despesa e receita devido a arredondamentos.

FONTE: Balanço Oficial do CNC in Leon Regray *O Café do Brasil em 1934.*

mistério da Fazenda. Contrastando com o que se estipulara em relação ao CNC os diretores do Departamento Nacional do Café eram de nomeação do Presidente da República. Entre suas atribuições constavam a de arrecadar os impostos de exportação e a de executar a política de sustentação do café: os recursos para o financiamento da compra e incineração do café, como no caso do CNC provinham do impôsto sôbre as exportações do café. Para assegurar a devida execução das operações de compra do café, o Banco do Brasil e o Tesouro Nacional forneceriam ao Departamento Nacional do Café fundos garantidos pela arrecadação do referido impôsto. Esse crédito a curto prazo era por conseguinte auto-

financiável.<sup>31</sup> A arrecadação mensal do imposto de exportação pagava o empréstimo concedido.

A Tabela III revela a quantidade de café destruída no Brasil no fim de cada ano da década dos trinta. Até 31 de dezembro de 1933 o governo brasileiro através do CNC e DNC eliminara aproximadamente 26 milhões de sacas. Tal destruição não foi financiada exclusivamente pela expansão do crédito, como se afirma. Foi-o, em grande parte,

TABELA III

## CAFÉ DESTRUÍDO NO BRASIL E A OFERTA MUNDIAL

(1.000 sacas)

ANOS	CAFÉ DESTRUÍDO ATÉ O FIM DO ANO	OFERTA APARENTE MUNDIAL AO FIM DO ANO
1931	2,825	6,936
1932	12,155	6,239
1933	25,842	7,590
1934	34,108	6,648
1935	35,801	7,835
1936	39,532	7,919
1937	56,728	7,054
1938	64,732	7,850
1939	68,252	8,079
1940	71,069	—

FONTE: Banco do Brasil — Relatório de 1940 — (Rio de Janeiro 1941 — pág. 203).

através do lançamento de novos impostos, ou sejam os de 3 e 15 shillings. A compra desses 26 milhões de sacas custou 1.728.867.334 mil réis. A arrecadação dos impostos de exportação atingira até essa data, .....

31) Oswaldo Aranha "A situação do café brasileiro e a Ação do Governo Provisório" in *Revista do Departamento Nacional do Café*, setembro de 1934 — pág. 363. Aranha, na época, era Ministro da Fazenda.

1.593.637.729 mil réis.<sup>32</sup> O Balanço de 31 de dezembro de 1933 do DNC, demonstra que apenas 847 milhões não foram cobertos por impostos.<sup>33</sup> O Banco do Brasil e o Tesouro Nacional concederam ao C.N.C. e D.N.C. um total de 569 milhões de mil réis, enquanto o Tesouro Nacional contribuía com 250 milhões, o que perfaz 819 milhões.

O principal fundamento em que repousa o *argumento da recuperação* é a de que a política de sustentação do café fôra financiada pelo crédito externo que não produzia nenhum impacto sobre a renda interna.<sup>34</sup>

"... A acumulação dos estoques de café antes da crise tinha sua contrapartida nas dívidas contraídas no exterior. Conseqüentemente, não havia investimento líquido, visto como o que era investido no Brasil através da acumulação dos estoques era desinvestido no exterior pelo endividamento do Brasil... A acumulação do café financiado pelo exterior era, pois, semelhante ao processo de exportar. O mesmo não se dá com o estoque financiado pela dívida interna já que o financiamento repousava na expansão do crédito. A compra do café para a estocagem gerava renda que se somava à produzida pelas despesas de consumo e investimento..."

Provou-se, porém, acima, que o grosso da estocagem e destruição do café foi financiado não pela expansão do crédito<sup>35</sup> interno mas por

32) Regray, op. cit., pág. 30.

33) O Balanço do C.N.C. e, em geral, os relativos ao programa de sustentação do café eram muito complexos. O de 16 de fevereiro de 1933 tinha 34 contas e 160 subcontas. Os Balanços do D.N.C. de 30 de junho e 31 de dezembro de 1933 foram analisados por Regray op. cit. páginas 25-30. (Regray era um experto francês convidado pelo D.N.C. para elaborar uma monografia sobre o café). O deficit de 347 milhões de mil réis ocorrido nas operações do D.N.C. é a soma dos deficits de 718 milhões na conta dos 10 shillings e de 129 milhões na dos 5 shillings. A causa d'êle foi o fato de não terem sido destruídas tôdas as sacas adquiridas. Veja-se, a respeito, Oswaldo Aranha — "A situação do Café Brasileiro" *Revista do Departamento Nacional do Café*. Outubro de 1933 e "A situação do café brasileiro e a Ação do Governo Provisório" do mesmo autor na citada revista de setembro de 1934.

34) Furtado — "The Economic"... pág. 213.

35) Advirta-se que um "processo de exportação financiado pelo exterior exerce um impacto sobre os níveis da renda nacional. Celso Furtado considerou a acumulação e incineração dos estoques de café como variação de estoque e, como tal, parte do investimento, (The Economic ... páginas 211-13). Em escrito posterior ("The Development ... op. cit.) porém, dá maior ênfase ao deficit orçamentário resultante da sustentação do café. A fim de analisar-se o impacto sobre os níveis de renda, os estoques adquiridos pelo governo devem ser considerados como parte da despesa do governo e não do investimento. Furtado também revela dados sobre o investimento líquido e seu percentual sobre o produto nacional líquido. A única indicação fornecida sobre as fontes e os métodos como foram estimados, encontra-se no "The Economic"... nota de rodapé 6, pág. 201. Explica, aí, o autor, que obteve suas estimativas "baseando-se no valor e volume físico da produção

um empréstimo externo que, em sua maior parte, foi pago pela arrecadação de novas cargas tributárias, venda do café no exterior, fundos obtidos pela venda de trigo no país e principalmente por novos impostos de exportação. Foi principalmente em 1930 que a política de sustentação do café tinha condições para fracassar no que diz com a estimulação da economia nacional. A expansão da despesa, financiada por novos impostos, não constitui política fiscal compensatória para a economia. É verdade, como se verá adiante, que houve um grande déficit orçamentário que contribuirá, significativamente, para a recuperação da economia nacional. Mas tal déficit não resultou da compra do café para a incineração.<sup>36</sup> O único efeito sobre o nível da renda nacional, resultante da política de sustentação do café, provém do déficit do C.N.C. e do D.N.C. financiado pelos créditos concedidos pelo Banco do Brasil e Tesouro Nacional. Esse efeito, no entanto, foi de importância secundária.

## AS FINANÇAS GOVERNAMENTAIS

As Tabelas IV e V revelam os elementos principais das finanças públicas durante a *Grande Depressão*. Conclui-se, da primeira, que o ano em que o produto real sofreu a maior queda foi o de 1931. Antes disso, a Grande Depressão não tinha tido grande influência sobre a atividade econômica nacional. Em 1929 e 30 as despesas governamentais não sofrem grandes alterações. Caem porém de 463 milhões de mil réis em 1931, para aumentarem significativamente em 1932. A receita, item que mais concorreu para o déficit de 1950, cai substancialmente em relação a 1929, permanecendo estável no seu nível de recessão até 1931. Vê-se pela tabela V que a causa mais importante dessa queda da renda foi a redução da arrecadação dos direitos alfandegários depois de 1929.

---

agrícola e industrial, valor e *quantum* dos impostos, relação de trocas e a despesa governamental, usando como deflator para essa última o índice do custo de vida da cidade do Rio de Janeiro". Os dados básicos foram colhidos no *Anuário Estatístico do Brasil* e os índices no E.C.L.A. É lamentável que o autor não tenha publicado uma tabela com os dados estimados e informações sobre os métodos estatísticos utilizados. O índice do custo de vida para o Rio de Janeiro tinha seis componentes: aluguel, alimentação, eletricidade e combustíveis, serviços domésticos, vestuário e miscelâneas (Baer e Kerstenetzky op. cit. Tabela 1-C). As ponderações para a composição do índice foram baseadas no orçamento familiar do estatístico que o preparou. Amostragem de uma única observação! As estimativas da deflação da renda e investimentos, segundo tal índice, não merecem fé. Na verdade, a carência de dados sobre os preços brasileiros, nessa época, não permite a estimativa do produto real em termos monetários. As estimativas mais recentes da Fundação Getúlio Vargas (Veja-se Baer e Kerstenetzky op. cit.) restringem-se, a índices de produção física. Um reparo sério a esses índices é o fato de utilizarem um único ano-base — 1939, para todo o período de 1920-1940.

36) Segundo Furtado, "The Development of Brazil"... op. cit.

TABELA V

## A — BRASIL — RECEITA GOVERNAMENTAL DE ACORDO COM SUAS ORIGENS (MILHÕES DE MIL RÉIS E PERCENTUAIS)

ANOS	DIREITOS ALFANDEGÁRIOS		IMPÓSTO DE CONSUMO		OUTROS A		EMPREENHIMENTOS GOVERNAMENTAIS	
		%		%		%		%
1929	928	42	427	19	259	11	294	13
1930	626	37	352	21	205	12	258	15
1931	605	34	378	21	238	13	236	13
1932	527	30	389	22	226	13	225	13
1933	757	36	445	21	252	12	227	11
1934	837	33	512	20	299	12	295	12

## B — DESPESAS DO GOVERNO POR MINISTÉRIOS (EM MILHÕES DE MIL RÉIS)

ANOS	FAZENDA		VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS		GUERRA		MARINHA	
		%		%		%		%
1929	941	39	530	22	274	11	171	7
1930	890	35	576	23	303	12	181	7
1931	893	43	396	19	275	13	121	6
1932	1.075	38	596	21	714	25	182	6
1933	963	40	538	23	423	18	185	8
1934	1.224	40	625	20	576	19	218	7

A — Taxa sobre atos administrativos.

FONTE — IBGE — Anuário Estatístico do Brasil — 1939/40 — pág. 1.411/12

Há em 1931 uma queda brusca do deficit federal, o que também se verifica para com o deficit total do governo.

Em 1931, o governo federal convidou um funcionário do Banco da Inglaterra para visitar o Brasil e fazer recomendações sobre as necessárias reformas monetárias.<sup>37</sup> O visitante concluiu em seu relatório que a reconstrução financeira do Brasil, na época, dependia do equilíbrio orçamentário e da estabilização cambial. Isso condizia com a linha política do início da administração de Vargas que fazia do equilíbrio orçamentário a frase mágica dos altos funcionários do governo e a solução de todos os males.<sup>38</sup> Era crença geral no Brasil de que o equilíbrio orçamentário tinha que ser alcançado ou o país não teria condições de controlar a inflação e a crise cambial daí resultante.<sup>39</sup>

O orçamento de 1931 previa uma grande redução da despesa governamental a fim de executar a política do equilíbrio orçamentário e impedir a repetição do grande deficit de 1930. A grande redução da despesa do governo foi tida por insuficiente, por volta dos meados do ano, já que as tarifas alfandegárias revelavam-se muito menores do que o esperado. Conseqüentemente, o governo tornou a cortar por suas despesas. O corte total, em relação ao nível de 1930, atingiu 463 milhões de mil

37) Sir Otto E. Niemeyer. *Reorganização das Finanças Brasileiras* (Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1931) página 5.

38) Taunay. *Op. cit.*, pág. 439. Whitaker *op. cit.*, pág. 155; F. T. Souza Reis — *A Depressão Comercial e o "Funding Loan" de 1931* (Tip. do Jornal do Comércio — Rio de Janeiro — 1934) pág. 38-43.

39) Niemeyer, *op. cit.*, pág. 6. Senão, veja-se a declaração do Presidente do Banco do Brasil (o maior banco brasileiro e o organismo que, à época, mais se aproximava do que entendemos por autoridades monetárias) em abril de 1931: "São ociosas maiores explicações para demonstrar que o meio circulante, embora reduzido pela destruição das notas da estabilização, não se contraíu em proporção à queda dos preços de nossos produtos. Estamos, pois, num estágio inflacionário... o governo provisório resistiu à pressão inflacionária optando pelo sacrifício, vale dizer, por uma economia de austeridade e aumento da carga tributária. A primeira e mais importante das medidas tomadas pelos revolucionários na Rússia para bolchevizá-la foi sabotar a moeda mediante a emissão" (Banco do Brasil — Relatório de 1930 — Rio de Janeiro, abril de 1931 — pág. 20-3). Durante toda a fase da Depressão o Banco do Brasil lutou para obter altos níveis de liquidez — essa, a política do Banco, para combater a depressão (Banco do Brasil, Relatório de 1933, pág. 26). O capítulo tornar-se-ia desnecessariamente longo, se fôssemos discutir, pelo miúdo, a política do equilíbrio orçamentário. A recusa do governo de protegêr os interesses do café, através do deficit orçamentário, o corte realmente feito nas despesas do governo, ou o aumento do imposto de consumo e outros tributos (que se somam aos comentários aos balanços federais) e os grandes esforços para reduzir os deficits estaduais pela imposição de interventores aos Estados — tudo isto se discute no Ministério da Fazenda (J.M. Whitaker) *op. cit.*, que é o melhor repositório de referências sobre a elaboração e execução dessas políticas. Outro relatório acabado é o do Ministro da Fazenda ao Presidente da República; Ministério da Fazenda: *Exposição Relativa ao Período de 3 de novembro de 1935*. (Oswaldo Aranha; tip. do Jornal do Comércio — Rio, 1933).

TABELA V

## A — BRASIL — RECEITA GOVERNAMENTAL DE ACÓRDO COM SUAS ORIGENS (MILHÕES DE MIL REIS E PERCENTUAIS)

ANOS	DIREITOS ALFANDEGÁRIOS		IMPÓSTO DE CONSUMO		OUTROS A		EMPREENHIMENTOS GOVERNAMENTAIS	
		%		%		%		%
1929	928	42	427	19	259	11	294	13
1930	626	37	352	21	205	12	258	15
1931	605	34	378	21	238	13	236	13
1932	527	30	389	22	226	13	225	13
1933	757	36	445	21	252	12	227	11
1934	837	33	512	20	299	12	295	12

## B — DESPESAS DO GOVERNO POR MINISTERIOS (EM MILHÕES DE MIL REIS)

ANOS	FAZENDA		VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS		GUERRA		MARINHA	
		%		%		%		%
1929	941	39	530	22	274	11	171	7
1930	890	35	576	23	303	12	181	7
1931	893	43	396	19	275	13	121	6
1932	1.075	38	596	21	714	25	182	6
1933	963	40	538	23	423	18	185	8
1934	1.224	40	625	20	576	19	218	7

A — Taxa sobre atos administrativos.

FONTE — IBGE — Anuário Estatístico do Brasil — 1939/40 — pág. 1.411/12

réis. Reagindo a ameaça de um deficit em grande escala o governo federal "aumentou os impostos de um total de 300 milhões de mil réis para todo o ano (1931)"...<sup>40</sup>

Dessa política resultou um aumento relativamente pequeno da arrecadação dos impostos de consumo e taxas administrativas. A tabela V, B revela que o grande aumento das despesas do governo em 1932 foi quase que inteiramente devido a um aumento das despesas do Ministério da Guerra que dobrou sua participação nas despesas públicas. Esse fator, o mais importante do deficit de 1932, deveu-se inteiramente a uma insurreição ocorrida no Estado de São Paulo que perdurou por três meses.<sup>41</sup>

40) Niemeyer, op. cit., pág. 7 — Souza Reis — op. cit. pág. 23. Na realidade o aumento tributário foi maior que o que aparece nas cifras de Niemeyer e Souza Reis. O aumento, especificado por tipos de tributo foi:

	MILHÕES DE MIL RÉIS
Imposto de Consumo .....	163.320.000
Imposto do selo .....	25.250.000
Vendas e Consignações .....	30.100.000
Imposto de Renda .....	68.000.000
Taxas e Seguros .....	7.200.000
Outras .....	2.700.000
Imposto sobre fósforos .....	80.000.000
<b>TOTAL .....</b>	<b>376.570.000</b>

A redução prevista das despesas era de 432.114.989 mil réis. Essa redução somada ao aumento tributário atingia a cifra de 799,7 milhões de mil réis, o que era mais que suficiente para eliminar o deficit de 1930. Veja-se Ministério da Fazenda (J. M. Whitaker) op. cit., págs. 48-50.

41) A Contadoria Geral da República assim se expressou: "a sedição, (o levante de 1932) que tão profundamente perturbou o aperfeiçoamento regular da administração do país, provocou uma queda da receita superior à prevista, do que resultou um deficit de 1.018 milhões de mil réis ... Veja-se Ministério da Fazenda *Contas do Exercício Financeiro de 1932 e Relatório da Contadoria Central da República* (Imprensa Nacional, Rio de Janeiro — 1933) pág. 5. A mesma publicação 1929-1933 estampa o Balanço do Governo Federal com especificações utilíssimas das despesas e receitas. Segundo o Ministério da Fazenda, o Governo Federal desembolsou 451,9 milhões de mil réis na guerra civil de 1932. Outro fator importante relativo às finanças federais de 1932 foi a grave seca do Nordeste.

O governo gastou na área flagelada pela seca 138,6 milhões de mil réis. Encontra-se in Ministério da Fazenda — (Oswaldo Aranha) op. cit. pág. 17 uma análise crítica dessa despesa. O deficit de 1932 foi financiado da seguinte maneira:

Uma das mais importantes causas da depressão brasileira de 1931 foi a política fiscal irracional do governo. A política do governo federal, ou seja o aumento dos impostos e a redução das despesas do governo atuaram no sentido de agravar a depressão no Brasil, freando o deficit orçamentário que se originaria da queda do comércio exterior. O aumento da despesa em 1932 devido à revolução paulista estimulou a atividade econômica, impedindo também que fôsse levada a efeito a política do equilíbrio orçamentário. Mas o deficit orçamentário foi novamente reduzido em 1933. Mas, ao contrário do que diz o *argumento da recuperação*, os fatores mais importantes para a recuperação do Brasil da *Grande Depressão* foram os fatores externos, a saber: o comércio exterior e sua política.

## O COMERCIO EXTERIOR E SUA POLÍTICA

Entre 1927 e 1932 o Brasil acumulara trinta milhões de libras em divisas estrangeiras, das quais vinte milhões estavam depositadas no Fundo de Estabilização.<sup>42</sup> Depois da queda dos preços do café e do pri-

	MILHÕES DE MIL RÉIS
Emissão de Títulos .....	68
Emissão de moeda .....	400
Emissão de Letras .....	5
Crédito (concedido pelo Banco do Brasil) .....	600
Cunhagem de moeda metálica ....	2
<b>TOTAL .....</b>	<b>1.095</b>

Um exemplo da política de equilíbrio orçamentário nos dão as relações existentes entre o Banco do Brasil e o Governo Federal. A natureza dessas relações acha-se estabelecida com exatidão na legislação de 1932 (Decreto 21.621 — de 14 de junho de 1932). Há, entre outros, dois dispositivos legais de importância, que fixam o limite dos empréstimos a serem concedidos pelo Banco ao Governo Federal e as condições para o pagamento da dívida. O primeiro limita o empréstimo a um quarto da receita num dado ano. Acresce que o Banco podia, por lei, escusar-se de conceder empréstimos ao governo relativos ao ano seguinte até que fôsssem pagos os saldos pendentes. (Banco do Brasil — Relatório de 1932 pág. 14).

No entanto, em 1932, as despesas governamentais excederam de uma margem relativamente alta as receitas em virtude dos dispêndios com a revolução paulista. Para corrigir a situação e se conformar com os novos regulamentos, o governo federal emitiu títulos no total de 600 milhões de mil réis, que colocou com o Banco do Brasil (Decreto 22.623, de 28 de dezembro de 1932). Se a revolução não tivesse ocorrido o deficit teria sido ainda menor.

42) Os restantes dez milhões foram depositados no Banco do Brasil. Não há, aqui, espaço para discutir o *Fundo de Estabilização*. Veja-se, a propósito, United States Tariff Commission; *Economic Controls and Commercial Policy in Brazil* (Washington, 1945) pág. 16. Haroldo R. Levy — *Prática Cambial no Brasil* (Max Limonad, São Paulo — 1956) pág. 33-4. Comissão Mixta Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico; *O Desenvolvimento do Brasil* (U.S.G.P.O., Washington D.C., 1953), pág. 51; Banco do Brasil — *Relatório de 1933*, págs. 16-7 e relatórios anteriores.

meiro impacto da depressão no Brasil, ocorreu um movimento de "hot money" que varreu tôdas essas reservas. Acresce que se paralizou por completo a entrada de capital estrangeiro. A deterioração da relação de trocas complicou ainda mais as coisas, já que o valor das exportações, em moeda estrangeira, caiu bruscamente. Devido à crise cambial tornou-se impossível honrar a dívida externa. Em agosto de 1931 o Governo Federal via-se compelido a cancelar o pagamento do principal de certos empréstimos contraídos no exterior.<sup>43</sup> A Balança Comercial de 1931, segundo se esperava daria um superavit de vinte milhões de libras, enquanto que somente com o pagamento da dívida externa o Brasil teria que desembolsar 22.583.000 de libras. Estimava-se o seguinte para 1932:<sup>44</sup>

LIBRAS ESTERLINAS		
	NECESSIDADES CAMBIAIS	RECEITA
1. Balança Comercial .....		18.000.000
2. Outras possíveis entradas .....		1.000.000
3. Pagamento da dívida externa .....	22.583.000	
4. Pagamento de créditos a curto prazo concedido ao Banco do Brasil por Bancos estrangeiros .....	6.550.000	
5. Remessa de Lucros .....	12.000.000	
6. Remessas por parte de emigrantes etc. ....	6.340.000	
TOTAL .....	47.472.000	19.000.000

Havia, pois, uma diferença de 28 milhões de libras entre as necessidades cambiais e as entradas esperadas. A situação era obviamente explosiva.

Parte da solução dada a êsses problemas foi típica das décadas dos trinta. Em setembro de 1931, o Governo Brasileiro estipulou que tôdas as transações com o exterior fôsem realizadas através do Banco do Brasil.<sup>45</sup> Esse monopólio cambial ficou com o Banco durante três anos. Sômente depois que as divisas obtidas com as vendas ao exterior fôsem vendidas oficialmente ao Banco é que se concediam licenças de importação. Essas divisas eram distribuídas de acordo com as necessidades da economia. Havia três ordens de prioridade. A primeira era para o Governo. Destinava-se ao pagamento da dívida externa e compras oficiais.

43) Souza Reis — op. cit. pág. 31.

44) Ibid., pág. 34.

45) Um outro aspecto da solução foi a consolidação da dívida externa. Esse ponto porém não vem muito a calhar às questões discutidas aqui. Veja-se Souza Reis op. cit.

A segunda era para as importações essenciais. A terceira para outros fins, inclusive o pagamento de juros e lucros a residentes no exterior. A oferta de divisas era insuficiente para o pagamento das importações essenciais e dívida externa. Resultou daí uma considerável atividade no mercado negro.<sup>46</sup> No período que vai de 1931 a 1934 podia-se adquirir moeda estrangeira a três taxas que eram fixadas pelo Banco de acordo com as necessidades internas. A taxa do mercado negro era fixada pelas operações clandestinas. Era bem maior que a oficial. Finalmente em 1933 a fim de desestimular o mercado negro, o governo começou vender moeda estrangeira à chamada *taxa cinzenta*. Essa era mais alta que a oficial mas mais baixa que a negra.<sup>47</sup>

A tabela VI dá-nos os subsídios para que tiremos as conclusões lógicas decorrentes do argumento da recuperação. Uma vista d'olhos sobre a parte A revela que enquanto as exportações, medidas em moedas estrangeiras, declinam bruscamente, as importações caem, ainda mais rapidamente, de aproximadamente 86 milhões de libras para 21 em 1932. No mesmo período, o valor das exportações em moeda nacional caiu menos que a em moeda estrangeira, ao passo que se cortavam as importações pela metade. O aumento substancial do superavit da balança comercial em 1931 e 1932 decorreu de um lado do severo controle do comércio exterior, instituído pelo governo, e do outro da depreciação do mil réis. É a Balança Comercial que importa considerar, no que diz com os efeitos diretos e multiplicador da renda nacional; enquanto, num primeiro estágio, as exportações criam renda, as importações destroem-na. Destarte, uma grande redução das importações autônomas pode contrabalançar o impacto que a queda das exportações tem sobre a renda. Assim sendo, o *argumento da recuperação* não dá toda a explicação do fato de a depressão ter alcançado o Brasil; nos anos cruciais da depressão, os lucros do *comércio exterior* aumentaram no Brasil! A redução massiva do vulto das transações com o exterior, no que entende com o emprêgo, não tem, contudo, as mesmas implicações sobre o bem-estar social que a expansão de crédito ligada com as políticas fiscais compensatórias.

A parte B da Tabela VI revela alguns dos mais importantes fatores da recuperação do Brasil na *Grande Depressão*; o elevado superavit da Balança Comercial em 1931 explica porque o produto real não caiu como deveria em consequência dos aumentos dos impostos e redução das despesas governamentais. Em 1932, o superavit da Balança Comercial, juntamente com o deficit governamental (provocado, principalmente, pelas despesas militares da revolução paulista) contribuiu para que a economia se recuperasse. Grande parte dos deficits do orçamento federal, entre 1929 e 1932, deve-se à queda da arrecadação das tarifas alfandegárias responsáveis por uma percentagem elevada da receita governa-

46) United States Tariff Commission — op. cit., pág. 17.

47) Ibid., pág. 17; Comissão Mixta, op. cit., pág. 296.

TABELA VI  
A — COMERCIO INTERNACIONAL DO BRASIL EM  
MOEDA ESTRANGEIRA E NACIONAL

ANOS	EM MILHÕES DE CRUZEIROS			EM MILHARES DE LIBRAS		
	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1929	3.860	3.582	+ 333	94.831	86.653	+ 8.178
1930	2.907	2.343	+ 564	65.746	53.619	+12.127
1931	3.398	1.881	+1.517	49.544	28.756	+20.788
1932	2.537	1.519	+1.018	34.330	21.744	+14.586
1933	2.820	2.165	+ 655	35.790	28.132	+ 7.658
1934	3.459	2.503	+ 956	35.240	25.467	+ 9.773

B — BRASIL — BALANÇA COMERCIAL — SALDO ORÇAMENTARIO  
E PRODUTO REAL

ANOS	MILHÕES DE MIL RÉIS			PRODUTO REAL	PREÇO MÉDIO DE LIBRA
	BALANÇA COMERCIAL	SALDO ORÇAMENTÁRIO FEDERAL TOTAL a			
1929	+ 333	— 221	— 601	103	40.710
1930	+ 564	— 832	—1.367	99	43.992
1931	+1.517	— 294	— 657	93	67.421
1932	+1.018	—1.108	—1.372	98	69.474
1933	+ 655	— 314	— 469	108	77.994
1934	+ 956	— 531	— 853	114	98.206

a) Inclue Municípios e Distrito Federal

FONTES — IBGE Brasil em números — 1960 — pág. 85 — Anuário Estatístico do Brasil 1939-40 — pág. 1.359 Werner Baer e Isaac Kerstenetzky Patterns of Brazilian Economic Growth (Cornell University — Mimeografado — 1966 — pág. 53)

mental dêsse tempo. Tem-se, então, que a recuperação da economia brasileira repousou sobre fatores externos, tanto diretos, mediante o balanço de pagamentos, como indiretos, através do efeito que tiveram sobre o deficit orçamentário, em virtude da queda das importações, sendo a importância dêles, nesse período, tão grande quanto a que tiveram, em outros

### III — O SETOR DAS EXPORTAÇÕES E A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

#### A INDÚSTRIA TÊXTIL

O argumento relativo à transferência de recursos do setor exportação para o industrial dá grande relêvo a alegada transferência de capital para o setor dos tecidos na década dos trinta. Rebate-se o argumento dizendo-se que tal transferência não podia ser *direta* e que qualquer que fôsse a pequena transferência *indireta* através do aumento dos preços relativos, esta não contribue para uma distribuição mais eficiente dos recursos e desenvolvimento econômico a longo prazo.

Um dos fenômenos mais conhecidos da industrialização do Brasil foi a queda percentual da indústria têxtil e outras tradicionais no produto total.<sup>48</sup> O declínio da indústria têxtil torna-se sensível depois de 1923; recuperou-se, temporariamente, durante a 2.<sup>a</sup> Guerra quando os mercados latino americanos e africanos constituíram-se num escoadouro para as exportações brasileiras. A Tabela VII revela a estagnação da produção nacional de tecidos de algodão na segunda metade de 1920. A medida que a crise se agrava, os empresários são compelidos a cortar a semana útil de 6 a 3 dias diminuindo o número de teares em operação. Algumas fábricas utilizam-se dos recursos destinados à reposição do equipamento para fazer face as despesas de operação. Simultaneamente, as importações de máquina têxteis caem de 85%. Não obstante a maior proteção alfandegária, o produto de 1930 permanece nos mesmos níveis que o de 1916.<sup>49</sup> Das 57 fábricas de tecidos de algodão existentes em São Paulo, no princípio de 1930, 33 suspenderam a produção, 17 operavam entre 10 e 50% de sua capacidade e 17 entre 50 e 120%.<sup>50</sup>

A causa mais importante da estagnação na segunda metade de 1920 residiu na incapacidade da indústria de diversificar a produção. A maior parte da produção têxtil consistia de tecidos de algodão grosso. O produto era consumido principalmente pela mão-de-obra empregada

48) A contribuição dos tecidos para o produto industrial era de 23,6 por cento em 1920, 22,7 em 1940 e 20,1 em 1950 e 12,0 em 1960. Não houve censo em 1930. Veja-se Baer, *Industrialization...* pág. 269.

49) Para maiores pormenores a respeito do assunto, consulte-se a erudita monografia de Stanley J. Stein: *The Brazilian Cotton Manufacture* (Harvard University Press, Cambridge Mass., 1957) principalmente as págs. 114-165.

50) *Ibid.*, pág. 138.

TABELA VIII

## BRASIL

PRODUÇÃO NACIONAL E IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES  
DE TECIDOS DE ALGODÃO

ANOS	PRODUÇÃO NACIONAL (milhões de metros)	EXPORTAÇÕES Toneladas	IMPORTAÇÕES Toneladas
1920	587	4.867	135
1921	552	2.016	556
1922	627	3.149	779
1923	940	3.913	786
1924	580	5.839	57
1925	536	7.328	23
1926	539	7.319	15
1927	594	7.245	8
1928	582	8.311	27
1929	478	4.940	20
1930	476	1.338	11
1931	634	447	276
1932	631	390	63
1933	639	793	87
1934	716	487	425
1935	753	342	221
1936	915	389	319
1937	964	446	687
1938	910	431	247
1939	894	545	1.982

FONTE — Stanley Stein *The Brazilian Cotton Manufacture* (Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1957) págs. 192-4.

na produção do café. As flutuações de renda do setor cafeeiro refletiu-se, portanto, diretamente no produto da indústria têxtil. A Tabela VII revela que o aumento da produção na década dos 30 foi significativo mas contrabalançado pela elevada redução das importações e consumo (como a produção transacionada no comércio exterior achava-se mensurada em unidades distintas das utilizadas no cômputo do tecido de algodão produzido internamente, não é possível uma estimativa acurada do consumo). As importações do tecido de algodão caiu, aproximadamente, de 8 milhões de quilos em 1928 para 342 milhões em 1935. Se houve expansão na indústria, em grande parte estagnada, essa foi obtida com sacrifício do consumo ou graças aos subsídios concedidos à exportação. A substituição do produto nacional pelo importado, em 1920, revela claramente a ineficiência da indústria.

Essa substituição foi suspensa pela política do comércio exterior seguida depois de 1930. As grandes exportações de algodão nos primeiros

anos da década dos trinta foi grandemente subsidiada; por volta dos últimos anos dessa década as exportações subiram em reação à escassez provocada, pela guerra, na América Latina e África.

A história da indústria têxtil durante a década dos trinta pode resumir-se em poucas palavras:<sup>51</sup>

“Assoberbados com a supervisão da fábrica, maquinaria e mão-de-obra, enredados, na maior crise de dimensões mundiais dos tempos modernos, os proprietários das fábricas de tecidos de algodão da década dos trinta compreensivelmente não perceberam seus problemas nas devidas perspectivas. Essa falha na luta pela estabilidade explica a dança dos produtores de tecidos de algodão de expediente para expediente, da proteção alfandegária, para as restrições sobre a importação de máquinas, limitações das horas de trabalho, estabelecimento de escalas de salário-mínimo e finalmente proteção governamental para as exportações. Olhando para traz, vemos que a guerra salvou uma indústria enredada em crises, visto como a queda dos preços do café e outras mercadorias depois de 1925...”.

1930 não foi um ano de prosperidade para a indústria têxtil mas a continuação de um período de estagnação. A *Grande Depressão* não significou uma nova era para essa indústria. O consumo de tecidos, muito provavelmente caiu na depressão; a produção nacional apenas se beneficiou do grande número de medidas políticas que contribuíram para agravar a má distribuição dos recursos.

Uma das facetas importantes do argumento da *transferência* é o desvio do fluxo do capital do café para a produção têxtil. Em 7 de março de 1931 o governo revolucionário baixou o Decreto 19.739<sup>52</sup> que vedava, por três anos, a importação de máquinas para indústrias com “superprodução”. O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio recebia instruções para inventariar as máquinas a fim de decidir se havia superprodução e tomar as medidas necessárias para implementar o decreto. A medida destinou-se quase que exclusivamente a beneficiar a indústria têxtil, embora muitas outras recebessem o mesmo privilégio. Em 22 de novembro de 1933 a proibição das importações de máquinas passou a vigorar, por mais três anos, até 1937, incidindo sobre tecidos, chapéus, açúcar, papel e fósforos.<sup>53</sup> A possibilidade de importações de máquinas de segunda mão, a propósito, era um dos argumentos utilizados pelos empresários têxteis, para obter do governo a restrição sobre as importações de máquinas.<sup>54</sup> Uma variante do argumento da *transferência* diz que durante a década dos trinta... “a transferência, na sua maior parte, cingiu-se à indústria leve, especial-

51) *Ibid.*, pág. 138.

52) Coleção das Leis do Brasil, 1931 IV (Imprensa Nacional Rio de Janeiro)

53) Coleção das Leis do Brasil 1933 IV pág. 302.

54) Stein, *op. cit.*, pág. 149.

mente, têxteis, produtos alimentícios e de papel.<sup>55</sup> A transferência direta dos recursos reais do setor das exportações para as indústrias tradicionais, sob restrições severas no que entende com as importações de maquinaria (a única fonte de expansão) até 1937, não tinha grande possibilidade de ocorrer. Nos últimos anos da década dos trinta, a expansão dos mercados de exportação, devido à escassês provocada pelo início das hostilidades na Europa salvou temporariamente a indústria têxtil da estagnação; é óbvio, porém, que esse fato nada tem a ver com a *Grande Depressão*. Os subsídios concedidos à exportação e a manutenção de preços altos para o tecido de algodão, mediante uma política de controle do comércio exterior talvez tenha redistribuído a renda, do consumidor para os produtores; isso porém não pode ser tido por uma distribuição mais racional dos recursos, visto a ineficiência da indústria têxtil.

### AS INDUSTRIAS BASICAS

A Tabela VIII revela o produto, o consumo aparente e um indicador da substituição de importações de ferro, aço e cimento durante um período de 20 anos que compreende os da *Grande Depressão*. Observa-se, para logo, um erro importante do argumento da transferência. Medindo-se a demanda dos produtos básicos pelo consumo aparente, nota-se que não aumentou durante a *Grande Depressão*; pelo contrário, contraiu-se substancialmente, não ocorrendo sinais de recuperação até a segunda metade da década. Deveu-se tal contração, em grande parte, às restrições sobre o comércio exterior. A produção nacional, porém, aumentou consideravelmente, durante a década dos trinta, declinando ligeiramente como resultado da *Grande Depressão*. Deve-se tal aumento, em parte ao fato de essas indústrias terem iniciado as atividades na segunda metade da década dos vinte, estando, pela primeira vez, utilizando plenamente sua capacidade produtiva.

A grande concentração, tanto na indústria de cimento, como na de aço, permite uma análise simples da possibilidade de transferências diretas de capital, originárias do setor de exportação. O primeiro produtor de cimento foi a Companhia de Cimento Portland, estabelecida em Perú, Estado de São Paulo.<sup>56</sup> Essa empresa foi financiada por capital canadense. A capacidade de produção aumentou de 60.000 toneladas do princípio de 1926 para 126.000 no fim do mesmo ano; a expansão em 1927 elevou a capacidade instalada para 200.000. A segunda

55) Baer e Kerstenetzky, op. cit., pág. 7.

56) Associação Brasileira de Cimento Portland — “A indústria de Cimento no Brasil” *Revista do Serviço Público*, Ano IV — Vol. 1 n.º 2, fev. 1941 — pág. 182 — Departamento Britânico Para o Comércio Exterior. *Financial Commercial and Economic Conditions in Brazil* (H.M.S.O. Londres, 1929) pág. 87, Câmara do Comércio Britânico de São Paulo e Região Sul: *Facts about the State of São Paulo*. São Paulo 1950) pág. 145.

TABELA VIII

## BRASIL

## PRODUÇÃO E CONSUMO DE CIMENTO E AÇO LAMINADO

(1.000 Toneladas)

ANO	CIMENTO		AÇO LAMINADO		CONSUMO APARENTE	
	PRODUÇÃO NACIONAL	CONSUMO APARENTE	PRODUÇÃO NACIONAL	CONSUMO APARENTE		
1920	—	—	173	—	393	
1921	—	—	157	—	436	
1922	—	—	320	—	465	
1923	—	—	223	—	514	
1924	—	—	317	—	259	
1925	—	—	336	—	144	
1926	13	( 3 ) *	410	16	( 4 ) *	399
1927	55	(11)	497	17	( 4 )	436
1928	88	(16)	544	26	( 5 )	483
1929	96	(15)	631	30	( 6 )	514
1930	87	(18)	472	26	(10)	259
1931	167	(59)	281	19	(13)	144
1932	149	(48)	310	30	(13)	166
1933	226	(66)	340	42	(15)	277
1934	324	(72)	450	49	(14)	344
1935	366	(81)	450	52	(15)	345
1936	425	(86)	563	63	(16)	387
1937	571	(88)	646	71	(14)	505
1938	618	(92)	668	86	(24)	356
1939	698	(95)	733	101	(23)	430
1940	745	(97)	764	135	(32)	415

\*) O algarismo entre parêntesis refere-se a produção em percentuais sobre o consumo nacional.

FONTES — Werner Baer — Industrialization and Economic Development in Brazil (Richard D. Irwin Homewood, III, — 1965) pág. 23  
 Aço Laminado: — Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada — Siderurgia, Metais não ferrosos — Diagnóstico Preliminar. (Rio de Janeiro — 1966) pág. 34.

fábrica de cimento estabelecida foi a Companhia Nacional de Cimento Portland, subsidiária da conhecida empresa americana, Lone Star Cement.<sup>57</sup> A construção da fábrica iniciou-se em novembro de 1931 finalizando em abril de 1933. A capacidade instalada era de 300.000 toneladas, a maior de seu tempo no Brasil. O terceiro grande empreendimento foi a de uma empresa brasileira a S.A. Indústrias Votorantim com capacidade instalada para 175.000 toneladas; sua produção iniciou-se em 1936.<sup>58</sup> No fim da década, esses três produtores eram responsáveis por 75% da produção nacional de cimento. O capital original da indústria provinha de setores nacionais e estrangeiros sem ligações com os fazendeiros de café. A grosso modo, pode-se estimar que 90% do mercado de cimento era constituído pela construção urbana. Qualquer que tenha sido, a transferência indireta pela elevação dos preços deve ter ocorrido, pois, entre os produtores e consumidores urbanos.

A Tabela IX revela os dados básicos da denominada "Pequena Indústria de Aço do Brasil" cuja produção repousava na utilização do carvão vegetal. A Tabela ilustra um fenômeno notável: 99% da produção nacional de aço provinha de três empresas: (Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia, Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas).

Esses três produtores estabeleceram-se todos, na década dos trinta, embora tenham expandido seu ativo imobilizado depois de 1934, especialmente com a construção, em Montlevade, da usina da Belgo Mineira nos últimos anos da década dos trinta. Essa companhia fabricava 52% da produção interna de lingotes de aço; estabeleceu-se depois da visita do Rei da Bélgica, após o término da 1.<sup>a</sup> Guerra. Foi financiada por capital belga e de Luxemburgo embora o governo lhe concedesse um grande empréstimo a amortizar em 10 anos. A única possibilidade de transferência de capital do setor de exportação para a indústria de aço seria a que talvez tivesse ocorrido em alguns dos restantes setores produtores, altamente ineficientes, ou então residiria numa redistribuição, provocada pela alta dos preços, entre os consumidores urbanos e os produtores de aço.<sup>59</sup>

57) Associação ... op. cit., pág. 182 — S.A. Kock Petersen "Cimento" in L. J. Hughlett, *Industrialization in Brazil*, Nova York, 1946) pág. 58.

58) Associação. op. cit., pág. 182; Serviço de Estatística e Produção, *Cimento* (mimeografado, Rio 1949). A Votorantim estabeleceu-se em 1918.

59) O início do desenvolvimento das indústrias de aço e cimento será matéria de minha defesa de tese para o doutorado. *O Desenvolvimento das Indústrias básicas do Brasil, 1920-1950*; mimeografado à disposição de quem solicitar.

TABELA IX

## BRASIL — SIDERÚRGICAS MENORES

EMPRESAS	ANO DO ESTABELECIMENTO	CAPITAL CONTOS	NÚMERO DE EMPREGADOS	PRODUÇÃO EM 1939 (ton).		
				FERRO GUSA	AÇO	FERRO LAMINADO
Cia. Siderúrgica Belgo Mineira S.A.	1921	150.000	2.461	72.452	59.155	40.787
Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas Morro Grande Plant	1925	35.000	681	27.405	745	—
Neves Plant	1925	35.000	957	—	21.923	19.487
Cia. Ferro Brasileiro	1931	35.000	952	19.235	—	—
Cia. Metalúrgica Bárbara	1937	15.000	754	8.140	—	—
Cia. Bras. de Mineração e Metalurgia	1925	15.000	805	—	28.204	20.907
Cia. Nacional de Navegação Costeira	1938	11.000	1.800 a	—	597	—
Usina Santa Olímpia Limitada	1925	5.000	247	—	720	7.167
U. Siderúrgica e Laminadora N. S. Aparecida	1938	5.000	201	—	—	4.712
Usinas Santa Luzia	1932	4.500	325	—	122	—
Laminação e Artefatos de Ferro S.A.	1939	3.000	38	—	—	—
Comércio e Indústria Souza Noschese	1938	2.400	643	2.457	—	—
Pirie, Vilaes & Companhia Limitada	1939	2.000	500	1.144	—	—
Siderúrgica Rio Grandense S.A.	1938	1.700	134	—	—	2.469
S.A. Metalúrgica Santo Antônio	1931	1.600	430	2.816	—	—
Cia. Industrial de Ferro S.A.	1937	1.500	145	2.436	—	—
Sociedade Paulista de Ferro Ltda.	1936	1.500	90	—	95	—
Fábrica de Aço Paulista S.A.	1923	1.000	348	—	1.633	—
Usina Metalúrgica Italte S.A.	1938	1.000	78	—	—	829
Usina Queiroz Júnior Limitada	1891	1.000	412	15.359	—	—
Usina Siderúrgica de Gage Ltda.	1921	1.000	81	3.864	—	—
Siderúrgica Barra Mansa S.A.	1937	800	84	4.673	—	—
Metalúrgica Nestor de Goes Ltda.	1935	500	96	—	—	2.291
J. L. Aliperti & Irmãos	1928	428	168	—	360	2.347
Usina Siderúrgica Capiruzinho	1939	400	—	—	—	—
Eletro Aço Altona Limitada	1936	250	200	—	541	—
Laminação de Ferro Sacoman Ltda.	1939	200	14	—	—	—

a) — Inclui mão-de-obra em outras além da do Ferro e aço.

FONTE — *A Riqueza Mineral do Brasil de José Jobim* (Livreria José Olímpio — Rio de Janeiro, 1942) pág. 42.

## O REAJUSTAMENTO ECONÔMICO E O SETOR DE EXPORTAÇÃO

O argumento da transferência não descreve o mecanismo mediante o qual se protegeu a renda do setor cafeeiro na *Grande Depressão*, nem os canais percorridos pelos recursos que se transferiram do setor de exportação para o industrial; fornece apenas uma análise simplificada dos preços relativos.<sup>60</sup> Se, como dito acima, não ocorreu transferência de recursos do setor exportação para as indústrias tradicionais ou básicas, para onde foram ter os recursos? Os dados disponíveis parecem indicar que o capital desinvestido no setor cafeeiro, durante a *Grande Depressão*, continuou no setor das exportações. Já que se afirma que tal transferência estêve, em última análise, correlacionada com a política cafeeira, vem a pélo descrever o processo do *Reajustamento Econômico*.

O Reajustamento Econômico repousa na hipótese de que as vendas do setor cafeeiro não foram protegidas durante os primeiros anos da *Grande Depressão*. De acordo com a Presidência da República, a lei foi provocada pelo aumento da dívida dos fazendeiros decorrente da política de comércio exterior adotada pelo governo, notadamente, o confisco cambial e a conversão das divisas a uma taxa desfavorável.<sup>61</sup> A lei pautou-se numa outra promulgada nos E.E.UU. em 1933, o *Agricultural Adjustment Act*.<sup>62</sup>

A lei do Reajustamento Econômico correlaciona-se, intimamente com um decreto anterior: a lei contra a usura.<sup>63</sup>

Este fixava um teto de 8% ao ano para os juros sobre empréstimos garantidos por propriedade agrícola, e de 6% para os destinados a financiar atividades ou aquisição de equipamento agrícolas. Era defeso aos credores requererem a liquidação de dívidas em parcelas que excedessem de 10% ao ano, o valor do mútuo.

60) Não há dados sobre os preços da época: A única tabela de preços é a oferecida por Baer e Kerstenetzky op. cit. tabela I-C — pág. 5. Essa Tabela consiste no custo de vida do Rio de Janeiro descrito na nota de rodapé 35 da parte 2. Não apresenta interesse para a maioria dos casos.

61) Câmara do Reajustamento Econômico (Ministério da Fazenda) *Reajustamento Econômico dos Agricultores* (Serviço Gráfico do IBGE Rio 1945) pág. 10. Este volume contém todo o material básico disponível: estatísticas minuciosas (número de requerimentos apresentados e deferidos, indenizações requeridas e deferidas por tipos de cultura, estados e municípios) legislação pertinente, estudos históricos e legais. Pode ser facilmente compulsada na biblioteca do Ministério da Fazenda, Rio de Janeiro).

62) Para uma descrição mais completa veja-se *ibid.*, pág. 10 em diante.

63) Decreto n.º 22.626, de 7 de abril de 1933.

O Reajustamento<sup>64</sup> reduziu de 10% as dívidas dos fazendeiros às instituições bancárias, pendentes em 1.º de dezembro de 1933 e contraídas antes de 30 de junho do mesmo ano. Criou-se uma repartição: a Câmara do Reajustamento Econômico cujo fim era proteger os direitos dos fazendeiros favorecidos pela lei. Emitiram-se títulos federais para o financiamento do reajustamento; rendiam juros fixos de 5% ao ano, vencendo-se em trinta anos; foram entregues aos credores, principalmente bancos, em quantidade iguais ao montante da redução da dívida.

O fazendeiro era obrigado a assinar uma declaração de reconhecimento da dívida no caso de o valor da garantia dada ao empréstimo ter sido menor que o da metade da dívida. As dívidas para com os bancos, que não estivessem garantidas, não tinham outro benefício mais que o de um desconto no caso de falência. Exigiu-se do credor, concedesse o desconto previsto no reajustamento, apenas se as obrigações contraídas fossem superiores ao dobro do ativo do devedor. A lei presumiu que o desconto de 50% concedido era um adiamento das cinco primeiras prestações anuais de 10% estabelecidas pela lei de usura para o pagamento das prestações dos devedores falidos. Conseqüentemente, durante os cinco primeiros anos subseqüentes ao Reajustamento Econômico, os credores nada podiam exigir além do pagamento dos juros sobre os empréstimos concedidos.<sup>65</sup>

O montante máximo de títulos emitidos fixado pela primeira lei foi seguidamente elevado nas décadas dos trinta e quarenta. Não é possível analisar o reajustamento no espaço dessa memória. No que diz com o assunto deste ensaio, cumpre ressaltar apenas dois aspectos importantes. Entre 1934 e 1945 a Câmara do Reajustamento deferiu 18.700 processos concedendo uma indenização total de 920.553 contos de réis.<sup>66</sup> A primeira característica do Reajustamento é o fato de ter se concentrado no Estado de São Paulo; esse Estado teve 9.102 processos deferidos que

64) Decretos n.ºs. 23.533 e 23.981, de 1.º de dezembro de 1933 respectivamente. São encontrados in Câmara do Reajustamento Econômico, op. cit. A execução da Lei em seus estágios iniciais foi lenta e burocrática. Encontra-se uma crítica da reforma, par a par com a transcrição das propostas apresentadas, in Aginaldo de Melo Junqueira e Mário de Melo Junqueira. *Reajustamento Econômico* (Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, S. Paulo, 1937).

65) Banco do Brasil — *Relatório de 1933* pág. 10 — A lei do Reajustamento Econômico foi interpretada pelo Banco do Brasil como medida favorável ao desenvolvimento a longo prazo das instituições bancárias brasileiras. No sentir do Presidente do Banco, o Reajustamento deu nova vitalidade ao sistema bancário, auxiliando-lhes os clientes, principalmente os proprietários fundiários, a que saíssem da depressão mundial em que jazia a produção agrícola. Os Bancos podiam levantar empréstimos com o Banco do Brasil através da recentemente criada Caixa de Mobilização Bancária (passo experimental em direção à instituição do Banco Central), já lhe oferecendo as letras de seus devedores, já lançando mão dos títulos do Reajustamento. O propósito do Reajustamento foi socializar a dívida dos Fazendeiros.

66) Câmara do Reajustamento Econômico, op. cit., pág. 129.

totalizaram uma indenização de 493.629 contos de réis. A segunda era o fato de que do total de 920.553 contos de réis, o café contribuiu com 505.742.<sup>67</sup>

Na prática, pois, o reajustamento beneficiou, na sua maior parte, a cultura cafeeira paulista o que não surpreende visto ser esse Estado o maior produtor de café que, por sua vez, é o produto agrícola mais importante do Brasil.

Na primeira parte do século XX, o plantio de algodão, no Estado de São Paulo, progredia apenas nas terras menos férteis, especialmente as impróprias para o cultivo do café, devido às condições do solo e clima. Dois importantes sucessos contribuíram para renovar o interesse pela produção de algodão nos primeiros anos da década dos trinta. O primeiro foi a estabilidade dos preços do algodão no mercado mundial em relação ao do café, que sofreu um declínio considerável. Pela primeira vez, a exportação do algodão era mais lucrativa que a do café. O segundo foi a revolução tecnológica ocorrida na cultura algodoeira paulista.<sup>68</sup> Essa revolução tem várias facetas. O primeiro grande problema resolvido foi a criação de tipos de algodoeiro e sementes apropriadas. O governo estadual obrigou o uso de sementes oficiais aperfeiçoadas e criou um instituto de pesquisa para aperfeiçoar a plantação de algodão: o Instituto Agrônomo de Campinas. Esse Instituto incentivou o fazendeiro a classificar o algodão por tipos e a utilizar técnicas modernas de plantio.<sup>69</sup>

O aumento impressionante da produção algodoeira em São Paulo, na década dos trinta, especialmente depois de 1933, coincidente com a execução do plano do Reajustamento Econômico, acha-se ilustrado na tabela X. A produção do algodão em rama quaduplicou, se compararmos a média de 1928-1931 com a produção de 1939. No mesmo período, a produção paulista aumentou de umas insignificantes nove toneladas para o número impressionante de 273 mil; concomitantemente, a participação paulista no produto nacional aumentou de 9 para 64%. Revela, finalmente, a tabela que a maior parte da expansão da produção algodoeira destinou-se à exportação, como resultado da estabilidade de seus preços (em relação ao declínio dos preços do café ilustrado na Tabela I).

Esse aumento significativo da produção do algodão para a exportação não passou desapercibido a Furtado, que, porém, desprezou-o, tendo-o por menos importante que o fenômeno da transferência dos recursos para o setor industrial.<sup>70</sup> A verdade porém é que, dadas as res-

67) Para uma especificação da indenização por culturas, veja-se Câmara do Reajustamento Econômico, op. cit., pág. 116.

68) Nelson Werneck Sodré "História da Indústria em S. Paulo: "Observador Econômico e Financeiro". Outuro 1947 — pág. 49.

69) Ibid. pág. 49.

70) Furtado, "The Economic"... pág. 216-7.

TABELA X

BRASIL E SÃO PAULO — PRODUÇÃO — EXPORTAÇÃO E PREÇOS DA  
EXPORTAÇÃO DO ALGODÃO EM RAMA

ANOS	BRASIL PROD. TOTAL	PRODUÇÃO SÃO PAULO —	PARTICIPAÇÃO DE SÃO PAULO		BRASIL, EXPORTAÇÕES
MÉDIA 1928-32	1.000 TONELADAS	1.000 TONELADAS.	NO TOTAL % DE ALGODÃO	EM RAMA. 1.000 TONELADAS	PREÇO MÉDIO DA EXPORTAÇÃO
Média 1928-32	102	9	9	22	3.122
1933	151	36	24	12	2.804
1934	285	102	36	127	3.605
1935	297	98	33	139	4.674
1936	352	179	50	200	4.644
1937	405	203	50	236	3.998
1938	437	248	57	269	3.460
1939	429	273	64	324	3.583

FONTE — Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, "Algodão", Separata de *Comércio Internacional*, maio e julho, 1952.  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Anuário Estatístico do Brasil 1938, pp. 178, 188, 190; 1939/40, pp. 162-3.

trições impostas à importação de máquinas para as indústrias tradicionais e o domínio do investimento estrangeiro e do empresariado urbano sobre as indústrias de base, não há outra explicação para o desinvestimento ocorrido no setor cafeeiro senão a transferência para a produção algodoeira.<sup>71</sup>

Acresce que a possibilidade de tal transferência é confirmada por indícios colhidos pelos observadores da época.<sup>72</sup> A percentagem do Brasil na área cultivada mundial passou de 2% em 1929 para 8,7 em 1940.<sup>73</sup> No período 1925-1929 a participação do café na exportação do Brasil era de 71,7% enquanto que a do algodão em rama era de 2,1%. No entanto, no período 1935-1939 êsse produto contribuiu com 18,6% das exportações brasileiras, ao passo que o café teve sua participação reduzida para 47,1%.<sup>74</sup> A área cultivada de algodão em São Paulo em 1933 era 117.320 hectares enquanto a do café era de 2.304.700; em 1939 a área cultivada algodoeira era de 1.313.768 hectares e a do café 1.890.000. Esse aumento, em grande escala, dentro das fronteiras de um mesmo estado não poderia ser financiado a não ser pela transferência de recursos das vizinhas plantações de café. Acresce que a transferência de um para outro setor de exportações é mais fácil de ser realizada que a de um setor de exportação para outro setor urbano.

- 71) Estimou-se a seguinte função-oferta para o algodão brasileiro no período 1921-1940:

$$A_t = 54,36 - \frac{(0,65) (P_s/P_c)}{(0,24)} t-1 + \frac{10,34}{(1,07)} t R^{20,92},$$

em que  $A_t$  é um índice da área plantada de algodão no Brasil, tendo por base o ano de 1920,  $P_s/P_c$  o índice da relação entre o preço em Santos do café e o do algodão, tendo por base o ano de 1920 e  $t$  o tempo. A correlação satisfaz para um período de vinte anos; o coeficiente do preço tem sinal positivo e o coeficiente de correlação acusa um alto índice de correlação. Contudo a maior parte do comportamento da variável dependente se explica pela tendência histórica: Conseqüentemente a correlação estimada tem uma utilidade limitada. Para as estimativas, veja-se S.E.M. ShayaI "Um modelo Econométrico do Mercado egípcio do algodão". Tese doutoral não publicada. É óbvio que se poderia obter muitos melhores resultados se não se incluíssem os Estados do Nordeste, que não produzem café e estão separados por uma grande barreira física dos estados produtores desse produto. A estimativa da função oferta para os Estados sulistas, produtores de café e algodão, lançaria maiores luzes sobre a matéria. Mas isso deveria ser feito com dados trimestrais (não disponíveis) já que a transferência ocorreu num número limitado de anos.

- 72) Sodré, op. cit.; Luiz Figueira de Melo "Defesa do Algodão". Observador Econômico e Financeiro, maio, 1944, Alberto Prado Guimarães, Observador... outubro, 1946 e números do Observador... para os últimos anos da década dos 30 e primeiros dos 40.
- 73) Serviço de Estatística Econômica e Financeira "Algodão" Separata do Comércio Internacional, maio e julho — 1952 pág. 37.
- 74) Comissão Mixta Brasil Estados Unidos... op. cit. pág. 299.